

ANÁLISE COMPARATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM COARI E TEFÉ – AMAZONAS¹

Debora de Freitas Pinto de Lima (UFAM)

Paola Verri de Santana (UFAM)

RESUMO

A abordagem do sistema da Assistência Social requereu analisar uma problemática em relação às categorias crianças, adolescentes e idosos que diga respeito a diferentes tipos de atenção favorável a tais populações. O projeto que ora se apresenta representou um desdobramento daquele ainda em andamento através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. A experiência é resultante dos dois trabalhos de campo realizados em 2016 para o desenvolvimento do projeto “População em Situação de Rua em Coari e Tefé” no que acabou reunindo informações adicionais que ora sugeriu-se o tratamento e a análise em prol de um segundo projeto “Análise Comparativa da Assistência Social em Coari e Tefé” iniciado em agosto de 2017 e finalizado no ano de 2018. A proposta envolveu a observação quanto a presença e/ou ausência de abrigos com uma atenção temporária do Estado.

Palavras Chave: Assistência social; cidades; serviços públicos.

INTRODUÇÃO

O nível de pobreza tem se espalhado por todo o território brasileiro. Para Émile Durkheim (DURKHEIM, 2007, p. 10), assim como a criminalidade é um fato social, por exercer um papel de violência na sociedade, a pobreza se ocupa numa categoria vulnerável frente a crimes e violências exercido sobre os indivíduos.

Ao comparar as comunidades rurais e urbanas, em relação à extrema pobreza, de acordo com o Censo populacional do IBGE de 2010 mostra que, a distribuição de extrema pobreza se divide entre o meio rural com o valor aproximado de 47% e no meio urbano com o valor aproximado de 53%. Ou seja, este estudo apresenta a hipótese de que as cidades têm apresentado problemas sociais em meio a espaços construídos precários do ponto de vista dos serviços públicos urbanos.

Entender quem faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) implica pensar no processo de formalização e normatização do que pertence ao universo da assistência social. Esta última oferece serviços, programas, benefícios e projetos que atenda condições de vida mínimas da população. Será preciso entender que a assistência social parte da premissa

¹ VI ENADIR, GT 12 – Interseções da antropologia com os direitos de crianças, adolescentes e jovens.

de que o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o apoio à inclusão social, o enfrentamento da pobreza e a redução de situações como violência intrafamiliar, trabalho infantil e ato infracional sejam elementos estruturantes da sociedade. Sabe-se que o SUAS oferece acolhimento (abrigo) para pessoas em situação de abandono, sem família ou que tenham que viver por algum período afastadas da família por decisão da Justiça. Mas questiona-se em que medida estes serviços estão presentes e/ou ausentes em Coari e em Tefé.

Observa-se por meio da Assistência Social, medidas em que uma rede de equipamentos públicos está distribuída de modo desigual no território brasileiro. Por esta razão, convém os diferenciar em: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Centro Pop – Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua; Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência e suas Famílias; Unidades de Acolhimento – Casa Lar, Albergue, Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva, Casa de Passagem. Cada município brasileiro pode ter ou não estes equipamentos, além disso, alguns desses espaços públicos ou de iniciativas de entidades diversas podem ter ou não a ação de uma Secretaria Municipal de Assistência Social.

Apesar do amparo das políticas públicas na discussão de interesse que é a pobreza, há uma grande massa de famílias em situação de extrema pobreza, que foi incluída no Programa Brasil Sem Miséria, principalmente nos municípios, onde encaram esse desafio e que, de acordo com a estatística dos serviços públicos, tem gerado resultados positivos. Esse controle ocorre por meio de entrevistas e visitas que os assistentes sociais fazem de casa em casa, de modo a levantar dados e prosseguir com o desafio que é ajudar a tirar essas famílias da miséria.

Com a experiência anterior do Projeto de Iniciação Científica, algumas questões ficaram em aberto em relação ao planejamento de abrigos tanto para crianças e adolescentes quanto para idosos, mas que já teve como resultados concluídos e surgiu um desdobramento da experiência do mesmo.

A abordagem do sistema da Assistência Social requereu analisar uma problemática em relação às categorias crianças, adolescentes e idosos que diga respeito a diferentes tipos de atenção favorável a tais populações. Indaga-se a maneira com que costuma ser dado o funcionamento de serviços públicos voltados a este universo. A proposta envolveu a observação quanto a presença e/ou ausência de abrigos com uma atenção temporária do Estado. É possível afirmar que o Estado ampara com recursos para esses abrigos por um tempo médio de dois anos. Logo com o término desse prazo, esse projeto de acolher crianças

e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade é entregue para quem ali dentro trabalha e assim caminhar sozinho.

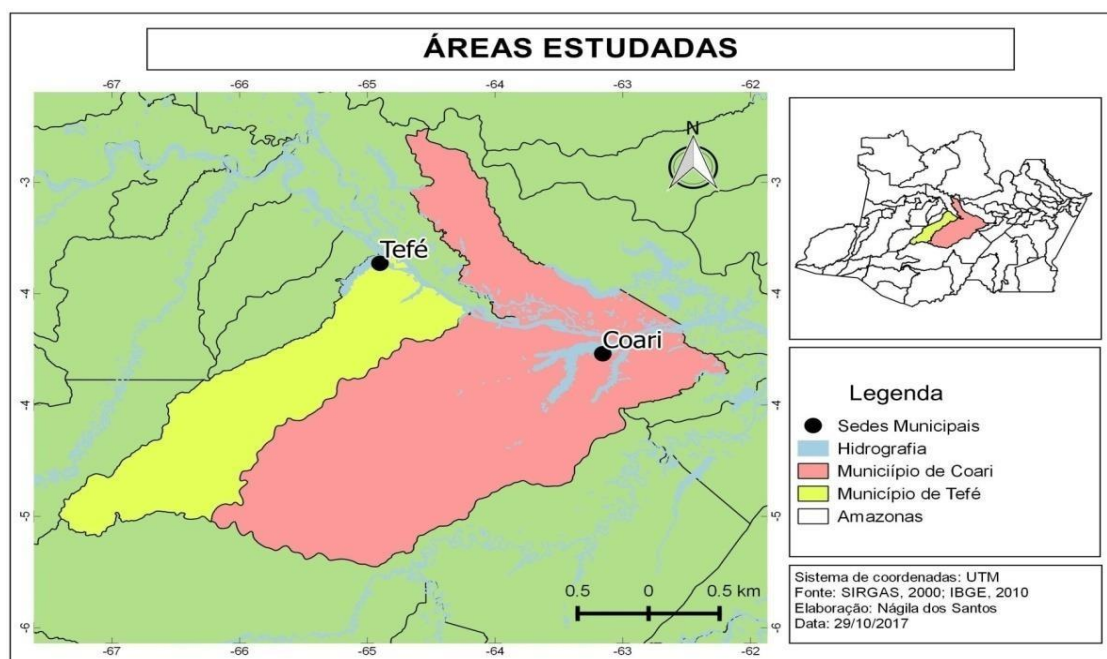
No caso de abrigos para idosos, é uma discussão ainda em pauta, já que essa casa para idosos tem como localização apenas em Tefé, como data de inauguração no segundo semestre de 2016. No caso de Coari, teve o projeto andado no início, mas que teve um fim e virou um local abandonado. Por isso, foi importante analisar o porquê desse desequilíbrio da dinâmica dos serviços públicos em relação ao amparo à população e avaliar os impactos que pode e/ou vem causar.

Posto isso, o objetivo do presente trabalho foi analisar a dinâmica dos serviços prestados nos CRAS e CREAS em relação aos outros serviços públicos como Conselho Tutelar e Casa de apoio a partir do atendimento às famílias em que se encontra em situação de vulnerabilidade como vícios, doenças mentais, epidemias e de condições de baixa renda em Coari e Tefé. A matriz metodológica para a realização deste trabalho seguiu a partir do uso da ferramenta Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos – MOPS, disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e aproveitamento de alguns dados recolhidos nos campos do projeto anterior, em 2016, a Coari e Tefé.

ÁREA DE ESTUDO

O efetivo populacional no município de Coari é de 83.929 habitantes e Tefé é de 62.230 habitantes (IBGE, 2016). Esta pesquisa tem como área de estudo as cidades de Tefé e Coari, que se localizam no Médio Solimões, estes se encontram no estado do Amazonas, na Região Norte do Brasil. Tefé, segundo dados do IBGE (2010), possui 50.069 habitantes e Coari têm 49.651 habitantes, ambas na área urbana. Os CRAS e CREAS estão localizados tanto na cidade de Coari quanto de Tefé, onde a assistência social tem como dever, atender a essa população.

Mapa 1: Localização das cidades estudadas



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Nágila Situba (2017)

Em Coari, o CRAS I fica localizado no bairro Urucu; CRAS II no bairro Chagas Aguiar; CREAS no bairro Centro. Em Tefé, o CRAS I se localiza na Estrada do Aeroporto; CRAS II localizado no Abial; CREAS no bairro Juruá.

Fica claro que Coari e Tefé possuem o amparo da assistência social, conforme a presença de CRAS E CREAS situadas nas duas cidades. Essa estatística resultou a partir do trabalho de campo no ano de 2016, em que foi feita uma busca desses centros de atendimento da assistência social e, assim fazer a localização a partir da identificação dos lugares.

SERVIÇOS DE CASAS DE ACOLHIMENTO EM COARI E TEFÉ

As políticas públicas voltadas para Coari, em relação às casas de acolhimento são distribuídas da seguinte forma: casa de acolhimento para crianças e adolescentes em funcionamento e; uma casa de acolhimento para idosos, mas que foi desativada e encontra-se abandonada e inabitada. Tefé possui uma casa de acolhimento para crianças e adolescentes e; para idosos que teve sua inauguração no ano de 2016, com um idoso na lista de espera.

Ambas a cidades possuem dois CRAS e um CREAS. A relação da assistência social juntamente com a população que estão em condições de extrema pobreza tem com objetivo de tentar impor soluções para que venha servir de garantia ajudar, por meio de programas sociais a criança e ao adolescente o direito de estudar, o direito da alimentação.

Sobre isso, Cardoso (1994) nos alerta acerca do cuidado metodológico quando se trata da observação do objeto. Ter o olhar antropológico requer um preparo, pois o nosso olhar já é predestinado ao senso comum, estabelecido na nossa subjetividade. Isso serviu para a investigação empírica de modo ao trabalho de campo ter o resultado adequado.

Ora, a ciência social, que é obrigada a classificar para conhecer, só tem alguma probabilidade, não já de resolver, mas de, pelo menos, pôr correctamente o problema das classificações sociais e de conhecer tudo o que, no seu objecto, é produto de actos de classificação se fizer entrar na sua pesquisa da verdade das classificações o conhecimento da verdade dos seus próprios actos de classificação. O que quer dizer que não é possível dispensar, neste caso menos que em qualquer outro, uma análise de relação entre a lógica da ciência e a lógica da prática (BOURDIEU, 1989, p. 111).

Então, ao fazer a descrição das duas cidades Coari e Tefé no ponto de vista quantitativo das casas de acolhimento nas categorias crianças, adolescentes e idosos, observa-se que há uma falha, supostamente de um amparo social, em relação a não haver uma casa de acolhimento para idosos para a cidade de Coari. Levando em consideração que o local possui o reconhecimento por ter a sede do gasoduto, localizado em Urucu.

Silva (2015) diz que, o estabelecimento de uma cidade polo faria gerar demandas econômicas para outras cidades em torno dela. Levando em consideração que poderia levar a articulação de bens e o surgimento de demandas de serviços. Logo as prefeituras poderiam ser o foco central para a economia, de modo que seguiria de incrementação regional, por meio da criação de atrativos, para consolidar a infraestrutura com o intuito de que outros agentes pudessem investir.

No cenário das duas cidades Coari e Tefé são possíveis fazer o diagnóstico da extrema pobreza por meio das observações sem abordagem nos espaços públicos.

No caso de Coari, que, mesmo com o reconhecimento de “cidade modelo” por ser a sede do gasoduto de Urucu, não possui uma casa de acolhimento. Supostamente, fica claro que, há uma falta de atenção do estado em relação às políticas públicas, em relação à mobilização entre espaço público e residência temporária para o indivíduo que, necessita de um lugar para dormir, tomar banho, se alimentar. Os espaços públicos são ocupados para a interação do capital como meio de sustento para si. Mesmo com a ausência de pessoas que vivem em situação de rua, ou de qualquer situação de vulnerabilidade e a forte presença dos guardas municipais, a atenção de solidariedade, mostra-se ter um cuidado maior, ao ponto de ocorrer uma inauguração da casa de acolhimento para pessoas que não possuem um lar fixo e/ou rompimento de laços familiares, na qual esteja em situação de extrema pobreza.

Deste modo, a partir de que ponto de vista a assistência social tem o amparo do Estado em relação as pessoas/famílias que estão em condições de extrema pobreza? De que forma o estado tem olhado para essas pessoas que, de forma ou outra, fazem parte da sociedade? O que tomou para Tefé o surgimento e a inauguração da casa de acolhimento como objetivo de ser um lar provisório? Por que a casa de acolhimento foi desativada em Coari, mesmo a cidade tendo pessoas em situação de rua?

De fato, o crescimento geral de todas as grandes cidades, que nas estatísticas aparece sob forma de mediana, distribui-se de maneira bastante desigual. O movimento de polarização urbana possui um dinamismo próprio, variando consideravelmente no tempo e no espaço. (SANTOS, 1980. p. 107)

Desta forma, há evidências de que, o crescimento populacional pode gerar um desequilíbrio social. Com isto, se faz necessária a presença da assistência social para que as pessoas que vivem em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade venham ter o amparo das políticas públicas e que sejam inseridas em programas sociais que promovam harmonia e condições de sustentabilidade.

A INTERAÇÃO DO ESTADO COMO UM SISTEMA DE AMPARO A PARTIR DAS CASAS DE ABRIGOS DE COARI E TEFÉ

O diálogo com o corpo da assistência social foi importante em 2016. Mesmo com o tempo limitado no trabalho de campo, a disponibilidade de quem foi abordado trouxe informações favorecedoras.

Em Coari, foi possível ter uma conversa com um informante que, ao ser perguntado sobre a existência de pessoas em situação de rua no sistema de assistência social, respondeu não haver registros. Não houve caso de pessoas em situação de rua registradas, mas que, tem consciência da existência deles ocupando praças, calçadas, esquinas e que vivem em condição de vulnerabilidade. Pela visibilidade do grupo que ocupava as praças, surgiu mais uma pergunta, sobre a existência de uma casa de acolhimento para tais pessoas que, vivem na condição de situação de rua. O informante afirmou que, um tempo atrás havia um abrigo temporário e continuou: “A casa havia uma dinâmica, com horários e regras. Eles entravam, tinham alimento e um espaço temporário para dormir. Mas não queria seguir a dinâmica. Hoje o local foi desativado e virou um espaço abandonado.”

As pessoas em situação de rua continuavam a usar as praças e ocorreu uma noite em que foi encontrado um senhor dormindo na calçada do hotel. Uma das pessoas que mora

pelas redondezas do Centro relatou: “é comum a presença deles aqui. Já é um costume e a convivência é tranquila”.

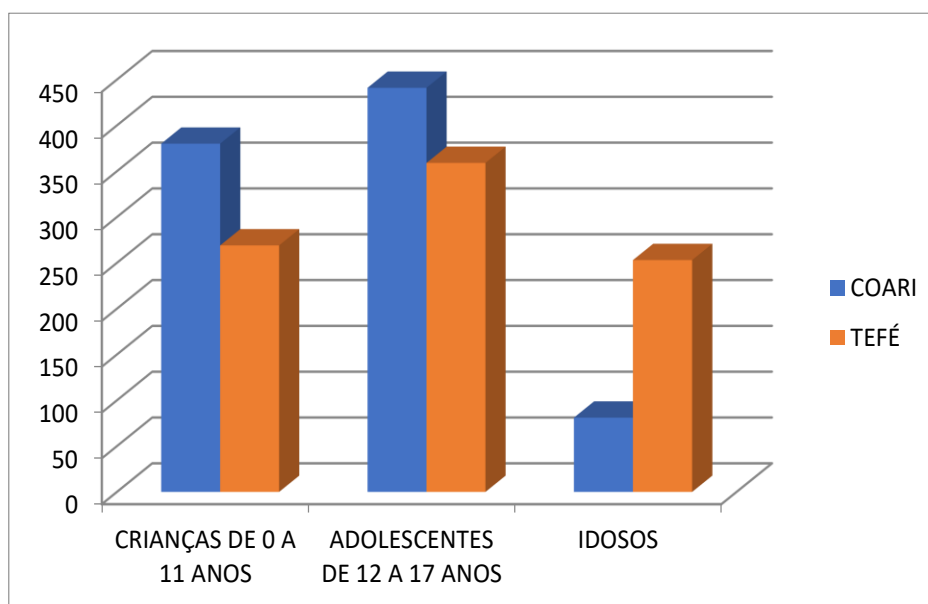
No caso da casa de acolhimento para crianças e adolescentes, não foi possível ter um diálogo com nenhum responsável da casa. Pois já era de curto tempo no município e as pessoas responsáveis estavam com a agenda cheia com situações a resolver referente ao local. Porém, uma das pessoas que vive no município e que mora nas proximidades do Centro afirma que é comum várias pessoas pobres e até em situação de rua ocuparem a Praça Getúlio Vargas, fazem brechó como meio de adquirir renda, outros apenas ficam ali circulando e/ou interagindo.

Já em Tefé, quase não foi possível identificar pessoas na condição de situação de rua. Porém, após uma conversa com um dos informantes, relatou que, “não há caso de moradores de rua, nem denúncias do tipo. Mas, que o número de violência em relação a mulheres e idosos aumentou, em relação à criança que, reduziu.” Quando o assunto chegou sobre o abrigo temporário, o informante afirmou sobre um que seria inaugurado no mesmo ano de 2016, na qual já havia um idoso na lista de espera aguardando ser chamado e concluiu: “falam tanto da proteção da criança e esquecem da assistência ao idoso.”

Na casa de acolhimento de crianças e adolescentes foi possível conversar brevemente com uma das responsáveis do local, relatou sobre o desafio da criança após o rompimento dos laços familiares e o processo para chegar no destino final: “de início para a criança é assustador. Era novidade, mas com o tempo se adapta. Os menores não são agressivos e depressivos. Já os maiores são agressivos e estressados por falta da família e querem sair. A casa de acolhimento teve início em abril de 2014. Isso é um projeto que, teve suporte da prefeitura, com alimentação, aluguel e limpeza. Medicamentos, assistência médica, roupas, recreação, aniversário e datas comemorativas, por sua vez, são por meio de doações.

Ademais, o corpo militar tem uma grande influência na ajuda de doações. Um dos moradores do Centro, nas proximidades da Praça Túlio Azevedo, afirma que havia muitas pessoas em situação de rua que dormiam na praça e que ocupavam o espaço, mas que, faz muito que isso não ocorre. Para que, o menor de idade venha parar em uma casa de acolhimento, parte primeiro de uma denúncia ao Conselho Tutelar. É este órgão que será responsável de levar as crianças ao abrigo, dar o poder ao juiz para cortar laços, até suspender o poder familiar.

Figura 1 – Unidades de atendimento em Coari e Tefé



Fonte: Censo Sistema Único de Assistência Social – SUAS Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, 2016. Elaboração: Debora Lima

Com isto, ao observar a figura acima, as distribuições das unidades de atendimentos, comparando com o que o *site* do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS disponibiliza para o acesso a informação, em relação às pesquisas de investigação, perguntando de pessoas e do corpo da assistência social ali presente.

Gráfico 2: Gráfico de Distribuição Etária Atendido Pela Assistência Social de Coari e Tefé

| Unidades de Atendimento | Coari | | Tefé | |
|---|-----------|------------|-----------|------------|
| | Info Site | Info Campo | Info Site | Info Campo |
| CRAS Centro de Referência de Assistência Social | SIM | SIM | SIM | SIM |
| CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social | SIM | SIM | SIM | SIM |
| Centro POP Centro de Referência Especializados para População em Situação de Rua | SIM | NÃO | SIM | SIM |
| Centro-Dia Referência para Pessoa com Deficiência e suas Famílias | - | - | - | - |
| Unidades de Acolhimento – Casa Lar Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva, Casa de Passagem | - | SIM | - | SIM |

Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão - e-SIC, 2016. Elaboração: Debora Lima

Justifica-se (conforme o gráfico acima) a distribuição dos serviços públicos relacionados à assistência social para a população de Coari e Tefé, tendo como distribuição para cada município, dois CRAS e um CREAS, conforme já havia citado no início da presente pesquisa, mais os endereços citados. Seguindo de distribuição de atendimento das faixas etárias para Coari 269 crianças de 0 a 11 anos; 359 adolescentes de 12 a 17 anos; e 253 pessoas idosas; e para Tefé 380 crianças de 0 a 11 anos; 441 adolescentes 12 a 17 anos; e 81 pessoas idosas.

CONCLUSÃO

Apesar das políticas públicas terem uma função universal, ela vai se difundir de forma diferente para cada localização. A conversa com a assistência social e as pessoas responsáveis que vivem dentro das unidades públicas trouxeram relatos que a própria página/site do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS não disponibiliza. O corpo responsável de assistência social se faz presente com atividades e ações sociais para a comunidade, mas que o Estado se encontra um tanto que ausente.

O fato de Coari ter o abrigo desativado traz questionamentos a serem refletidos, pois a presença de pessoas em situação de rua ocupando as praças é maior se comparado com Tefé, a qual teve um abrigo inaugurado no ano de 2016. Não se sabe ao certo como anda hoje o planejamento para reativar a casa de abrigo, já que as ferramentas metodológicas tiveram seus limites barrados por motivo de recurso, mas que os relatos obtidos no ano de 2016 foram de suma importância para entender a dinâmica da assistência social de Coari e Tefé. Com isto, outros meios foram possíveis para a contribuição da pesquisa, os meios de acesso a *sites*, por exemplo. Contou com a participação de contribuição do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, o Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos – MOPs e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC.

Algumas informações estavam disponíveis na própria página, outras foi preciso solicitar por meio de um *login*, e aguardar a resposta via e-mail, processo um tanto que demorado, já que as perguntas passaram por um processo de análise em seguida da resposta.

Observa-se que, há uma relação de poder, entre o Estado, a assistência social e a comunidade presente. Para o observador é importante manter o distanciamento do objeto de pesquisa na tentativa de evitar juízos de valor.

Bourdieu (1989) vai dizer que, o pesquisador deve ficar atento aos fenômenos de percepção social, pois se trata de uma atenção ao olhar, para que, venha observar a produção

simbólica e as relações informais de poder, a relação do poder invisível. O nível de criminalidade sempre vai exercer sobre os indivíduos e a coerção social vai pesar a quem tentar infligir, a fim de manter a harmonia na sociedade, por meio das leis e da moral em que o Estado vem a impor. Como o próprio Durkheim (2007) aborda que, já que a opinião pública e do coletivo vai trazer uma autoridade moral, é porque vai proceder de uma força da coercitividade.

Mesmo que, com a dificuldade de fontes, com a impossibilidade de campo, foi possível construir a pesquisa por meio de literatura disponível em artigos e *sites* brasileiros, a qual trouxe uma grande contribuição para pesquisas futuras e um desafio de que, deve ser feito mais pesquisas sobre políticas públicas para o estado do Amazonas e trazer dúvidas e respostas para quem vem ao interesse de investigação, trazendo o feedback tanto para a região quanto para fora.

Pois, mesmo que o MDS disponibilize a relação de programas sociais para atender famílias e trabalhem com campanhas de conscientização, ainda é possível ver uma fragilidade no funcionamento das políticas públicas nos municípios de Coari e Tefé. Com isto, se deve uma atenção cuidadosa e de interesse para as demais ciências humanas a investigar sobre a dinâmica das políticas públicas e a sua função para a sociedade. Já dizia Gondim (2006), desenvolver uma pesquisa é como desenvolver um artesanato, é todo um cuidado em cada detalhe, é uma construção intelectual.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico* / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz; revisão da tradução Fernando Portugal – ed. Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

BRASIL, Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos. Censo SUAS MDS 2016. Disponível: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/?codigo=130120#> Acesso: <24 de maio de 2018>

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CARDOSO, Roberto. 1994. *Olhar, ouvir, escrever. O trabalho do antropólogo*, editora Unesp.

_____, e-SIC. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Disponível: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx?ReturnUrl=%2fsistema%2fPrincipal.aspx> Acesso <14 de maio de 2018>.

_____, Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos. Censo SUAS MDS 2016. Disponível: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/?codigo=130120#> Acesso: <24 de maio de 2018>

DURKHEIM, Émile, 1858-1917. *As regras do método sociológico* / Émile Durkheim; tradução Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão – 3º ed, - São Paulo: Martins Fontes, 2007. - (Coleção tópicos). p. 10

GONDIM, Linda M. P. *A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso* / Linda M. P. Gondim, Jacob Carlos Lima. – São Carlos: EdUFSCar, 2006. 88p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130120> Acesso 20 de maio de 2017.

_____ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130420> Acesso <20 de maio de 2017>.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=130120 Acesso <19 de maio de 2018>.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=130420 Acesso <19 de maio de 2018>.

RUFINO, Márcia Regina Calderipe Farias; RODRIGUEZ, José Exequiel Basini; RUFINO Dilton Mota; SANTOS, Daniel Tavares dos. – Manaus: Editora Valer, 2015. p. 297-298

SANTOS, Milton. *A Urbanização desigual: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos* – Petrópolis: Vozes, 1980. 128p